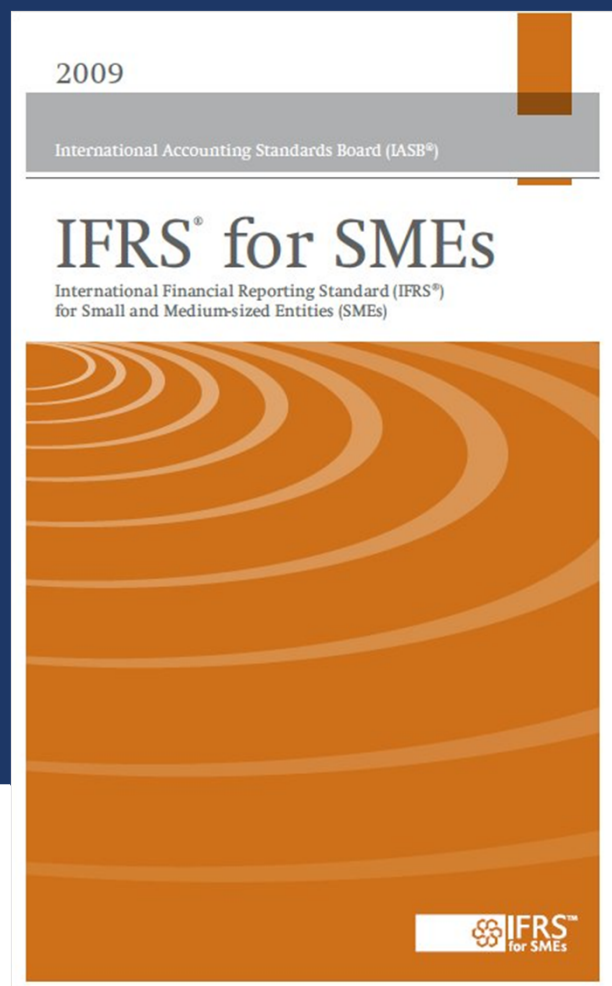


# International Financial Reporting Standards



## *IFRS para PMEs* IFRS Foundation-BNDES Workshop

2–4 Agosto 2010  
Rio de Janeiro, Brasil

Direitos Autorais © IFRS Foundation 2010.  
Todos os direitos reservados.



## Tópico 1.2

### Visão Geral do *IFRS para PMEs*

Paul Pacter

- **Revisão de todas as seções do pronunciamento**
- **Destacando as principais diferenças em relação aos IFRSs completos**

### **Boas Demonstrações Contábeis Simplificadas.**

- 230 páginas
- IFRSs simplificados, porém fundamentados nos IFRSs
- Completamente independentes
- Elaborado especialmente para PMEs
- Internacionalmente reconhecidos
- Emitido em 9 de julho de 2009

## Quem será elegível para utilizá-los?

4

**Qualquer entidade que não tenha prestação pública de contas...**

- títulos não negociados na bolsa
- não seja instituição financeira

**... e que seja obrigada ou opte por produzir Demonstrações Contábeis de Uso Geral (DCUG)**

# A quem o pronunciamento é voltado?

---

5

## **Que entidades devem produzir DCUGs é um assunto de interesse público**

- Decidido por parlamentares e reguladores, não pelo IASB
- Por que? Existe um benefício público em boas informações contábeis sobre empresas

# A quem o pronunciamento é voltado?

6

## **Milhões de empresas (cerca de 99%)!**

- As 52 maiores bolsas de valores no mundo juntas possuem apenas cerca de 45.000 empresas listadas globalmente
  - A Europa possui aproximadamente 25 milhões de empresas no setor privado
  - Os EUA possuem aproximadamente 20 milhões de empresas no setor privado
  - O Reino Unido possui aproximadamente 4,7 milhões de empresas no setor privado
- 99,6% possuem menos de 100 funcionários

# É independente ou ligado aos *IFRSs completos*?

## Completamente independente

- A única opção para aplicar os *IFRSs completos* é a opção de utilizar o IAS 39 ao invés das seções de instrumentos financeiros do *IFRS para PMEs*

## Como isto difere do *IFRSs completos*?

- **Customizados para PMEs**
  - Necessidades do usuário de informações sobre fluxos de caixa, liquidez e solvência
  - Custos e capacidades das PMEs
- **Muito menor**
  - 230 páginas vs 3.000 dos *IFRSs completos*
- **Organizado por tópicos**
- **Simplificações** a partir dos *IFRSs completos*



# Como simplificamos?

---

1. Alguns tópicos nos IFRSs omitidos se irrelevantes para entidades privadas
2. Quando os IFRSs tiverem opções, incluir apenas as mais simples
3. Simplificações de reconhecimento e mensuração
4. Divulgações reduzidas
5. Linguagem simplificada

- **Grande redução em divulgações (notas):**
  - *IFRSs completos* – mais de 3.000 itens na lista de verificação de divulgações
  - *IFRS para PMEs* – aproximadamente 300 divulgações

**Mantido: Divulgações sobre fluxo de caixa de curto prazo, liquidez, solvência, incertezas de mensuração, escolhas de política contábil**

**Cortado: Desagregações, divulgações relativas ao mercado público de capitais**

# Por que uma PME deseja adotar isto?

11

- **Acesso facilitado ao capital**
  - Assunto mais importante com PMEs
- **Comparabilidade aprimorada**
- **Qualidade aprimorada de relatório** quando comparado ao GAAP nacional existente
  - Relatórios ROSC do Banco Mundial
- **Menos uma obrigação** para entidades em jurisdições onde *IFRSs completos* ou GAAP nacional são agora requeridos.

# Por que uma PME deseja adotar isto?

12

- **Outros benefícios:**

- Implantação de P&Rs – novo IASB SME Implementation Group
- Informativo especial (*newsletter*) para PMEs e auditores utilizando *IFRS para PMEs*
- Livros-texto disponíveis
- Software disponível
- Materiais de treinamento IASB (já postados)
- Programas de treinamento comercial

# Existe compensação pela boa contabilidade

13

“Transparência, Propriedade e Restrições Financeiras em Empresas Privadas” (Hope, Thomas e Vyas), novembro de 2009

- **Estudo:** Cerca de 31.000 PMEs em 68 países em desenvolvimento e mercados emergentes
- **Resumo:** **Descobrimos que empresas fechadas com maior transparência financeira apresentam problemas significativamente menores de acesso a financiamento externo (e obtém estes fundos a um custo menor) que outras empresas fechadas.**

# Existe compensação pela boa contabilidade

14

“Qualidade de Demonstrações Contábeis e Eficiência do Investimento de Empresas Fechadas em Mercados Emergentes” (Chen, Hope e Li), novembro de 2009

- **Estudo:** Cerca de 7.000 PMEs em 20 mercados emergentes
- **Resumo:** **Encontramos forte evidência de que a qualidade da contabilidade afeta positivamente a eficiência do investimento** (ie, é negativamente relacionado tanto a sub-investimento quando a sobre-investimento) para nossa amostragem de empresas fechadas relativamente pequenas em países de baixa renda.

# As PMEs podem simplesmente optar por adotar isto?

15

## Depende da lei local

- EUA – sim. O IASB é agora o segundo emissor de pronunciamentos contábeis (juntamente com FASB) no código de ética do AICPA.
- Em outros países, a adoção é “automática” (a lei já requer “IFRS”)
- Em alguns países, contudo, atualmente apenas *IFRSs completos* e GAAP local podem ser utilizados. É necessário alterar a lei ou regul. locais para permitir a adoção do *IFRS para PMEs*.

**Hoje (agosto de 2010), ao melhor de nosso conhecimento:**

–64 jurisdições adotaram o *IFRS para PMEs* ou determinaram um plano para adotá-los em dentro dos próximos três anos



**Alguns exemplos (favor lembrar que o *IFRS para PMEs* foi emitido em julho 2009):**

- **Adoções na América do Sul:** Argentina (proposta), Brasil, Venezuela
- **Adoções no Caribe:** República Dominicana, Guiana, Barbados, Trinidad, Bahamas, etc
- **Adoções na América Central:** Belize, Costa Rica, El Salvador, Panamá, Nicarágua
- **Adoções na África:** África do Sul, Botsuana, Egito (proposta), Namíbia, Tanzânia, Uganda, Etiópia, Serra Leoa

## Exemplos de adoção, continuação:

- **Adoções na Ásia:** Cambógia, Filipinas, Hong Kong, Malásia (proposta). Singapura em estudo.
- **Adoções na Europa:** Reino Unido (proposta), Irlanda (proposta), Turquia. Outros em estudo. Note que a Comissão Europeia está atualmente em processo de consulta sobre o *IFRS para PMEs*.
- **Disponível para uso sem qualquer ação:** Estados Unidos, Austrália (está considerando apenas exceções de divulgações) e Canadá (porém também adotou seu próprio pronunciamento PME)

# O que o relatório de auditoria diria?

19

- **Algo como:**

“Apresenta corretamente posição financeira, resultados de operações e fluxos de caixa em conformidade com a Norma Internacional de Relatório Financeiro para Pequenas e Médias Empresas”

## **Revisão abrangente inicial depois de 2 anos da implantação**

- Ajustar erros e omissões, falta de clareza
- Também considerar a necessidade de aprimoramentos com base em IFRSs recentes e emendas aos IASs

## **Depois, uma vez a cada três anos**

- (aproximadamente) Audiência de minutas (ED) de atualizações

## **Estimativa de atualização inicial:**

- 2010 e 2011 primeiros dois anos de experiência
- 2012 sendo revisado
  - Tanto problemas de implementação quanto alterações aos *IFRSs completos*
  - Chamada de comentários para 2012
  - Minuta para audiência (ED) para 2012 ou 13
  - Emendas finais para 2013
- 2014 data de emendas efetivas mais breve possível
  - **Então, 4-5 anos “plataforma estável”**

- **Completas ou quase completas:**
  - Chinês, Espanhol, Italiano, Português, Romeno
- **Em processo:**
  - Árabe, Tcheco, Francês, Japonês, Sérvio, Turco
- **Proposta ou em discussão:**
  - Armênio, Cambojano, Macedônio, Polonês, Russo, Ucraniano

**Os próximos 45 slides destacam os requerimentos das 35 seções do *IFRS para PMEs* e alterações em relação ao ED**

- São destaques seletivos
- Resumos não completos
- A maioria das seções será coberta em mais detalhes ao longo deste *workshop*

# Seção 1 Pequenas e médias empresas

- Define PME como definido pelo IASB:
  - sem prestação pública de contas, e
  - publicação de demonstrações contábeis de uso geral para usuários externos
- Empresas listadas em bolsas de valores não podem utilizar, não importa o quão pequenas



## Seção 2 Conceitos e princípios

- **Objetivo:** Informações sobre posição financeira, desempenho, fluxos de caixa
  - Também apresenta resultados de administração de gerenciamento de recursos
- **Características qualitativas:** Relevância, confiabilidade, etc
- **Definições:** Ativos, passivos, patrimônio líquido
- **Definições:** Receitas e despesas

## Seção 2 Conceitos e princípios

- Conceitos básicos de reconhecimento
- Conceitos básicos de mensuração
- Princípios gerais de reconhecimento e mensuração
  - Fonte de orientação se um assunto específico não for tratado no *IFRS para PMEs*
- Conceitos de lucros ou prejuízos e resultado abrangente total
- Princípios para compensação

- **Apresentação justa:** presumi-se que decorre da adoção do *IFRS para PMEs* (pode precisar de divulgações suplementares)
- **Conformidade total:** Declara conformidade com o *IFRS para PMEs* apenas se as demonstrações contábeis estiverem em conformidade total
- **Comparações:** Pelo menos demonstrações contábeis e notas explicativas comparativas de um ano (doze meses)

## Seção 3 Apresentação de demonstração contábil

- **Conjunto completo de demonstrações contábeis:**
  - Demonstração da posição financeira
  - única demonstração: Demonstração do resultado abrangente, ou duas Demonstrações: Demonstração do resultado e Demonstração do resultado abrangente
  - Demonstração das mutações do patrimônio líquido
  - Demonstração dos fluxos de caixa
  - Notas Explicativas

# Seção 3 Apresentação de demonstração contábil

## Demonstração do Resultado Abrangente única:

- Receitas
- Despesas:
  - Custos financeiros
  - Resultado de coligadas / controladas em conjunto
  - Imposto de renda
  - Operações descontinuadas
- **Resultado do Período**
- Itens de Outros Resultados Abrangentes (ORA)
- **Resultado Abrangente Total**

## Duas demonstrações:

### Demonstração do Resultado:

- A última linha é Resultado do Período (como à esquerda)

### Demonstração do Resultado Abrangente:

- Começa com Resultado do Período
- Itens de ORA
- **A última linha é Resultado Abrangente Total**

## Seção 3 Apresentação de demonstração contábil

- Pode apresentar apenas uma demonstração de resultados (sem demonstração do resultado abrangente) se não houver itens de outros resultados abrangentes (ORA)
- Os únicos itens de ORA no *IFRS para PMEs* são:
  1. Alguns ganhos e perdas de variação cambial
  2. Algumas alterações no valor justo de *hedging*
  3. Alguns ganhos e perdas atuariais

## Seção 4 Demonstração da Posição Financeira

- Pode ser chamada de “Balanco Patrimonial”
- Divisão de circulante/não circulante não é requerida se a entidade entender que a abordagem de liquidez é melhor
- Algumas linhas mínimas
- E alguns itens que podem estar na demonstração ou nas notas explicativas
- Porém sequência, formato e títulos não são compulsórios

## Seção 5 Demonstração do Resultado e Demonstração do Resultado Abrangente

32

- Abordagem da demonstração única ou das duas demonstrações
- A segregação das operações descontinuadas é obrigatória
- A apresentação do subtotal de “Resultado do Período” é obrigatória se a entidade possui itens de Outros Resultados Abrangentes

**IASB propôs deixar a abordagem das duas demonstrações nos *IFRSs completos*.**



## Seção 5 Demonstração do Resultado e Demonstração do Resultado Abrangente

---

- Se uma PME apresenta demonstrações contábeis consolidadas:
  - Última linha (Resultado do Período na demonstração de resultados e Resultado Abrangente Total na demonstração do resultado abrangente) é antes da alocação desses montantes a participação de não controladores e dos proprietários da controladora

# Seção 6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

- Apresenta todas as alterações no patrimônio líquido
  - resultado abrangente total
  - aportes e retiradas de proprietários
  - dividendos
  - transações de ações em tesouraria
- Pode omitir se não houver aportes ou retiradas de proprietários além de dividendos

# Seção 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa

- Todas as PMEs devem apresentar uma demonstração dos fluxos de caixa
- Opção de utilizar o
  - método indireto, ou
  - método diretopara apresentar fluxos de caixa das atividades operacionais

- Divulgar base de preparação (isto é, *IFRS para PMEs*)
- Resumo de políticas contábeis significantes
  - Informação sobre julgamentos
  - Informação sobre fontes chave de estimativa de incertezas
- Informação de suporte para itens em demonstrações contábeis
- Outras divulgações

- Consolidação é requerida quando há um relacionamento controladora-controlada, exceto quando:
  - A controlada foi adquirida com objetivo de venda em dentro de um ano
  - A controladora é uma controlada e sua controladora ou controladora suprema utiliza os *IFRSs completos* ou o *IFRS para PMEs*
- Base de consolidação: controle
  - Consolidar todas as SPEs controladas

- Se *IFRS para PMEs* tratarem de um assunto, devem seguir *IFRS para PMEs*
- Se *IFRS para PMEs* não tratam de um assunto:
  - Selecionar política que resulte nas informações mais relevantes e mais confiáveis
  - Tentar fazer analogias aos requerimentos nos *IFRS para PMEs*
  - Ou utilizar conceitos/princípios gerais da Seção 2
  - Pode buscar orientação nos *IFRSs completos* — porém não requerido

- **Alteração na política contábil:**
  - Se compulsório, seguir a diretriz de transição conforme determinado
  - Se voluntário, retrospectiva
- **Alteração em estimativa contábil:**  
prospectiva
- **Correção de erro de período anterior:**  
reapresentar períodos anteriores se factível

- **A Seção 11 é um modelo de custo histórico amortizado com uma exceção:**
  - Investimentos patrimoniais com preço cotado ou valor justo facilmente determinável são a valor justo mediante Resultado do Período.
- Opção de seguir IAS 39 ao invés das seções 11 e 12
  - Mesmo que IAS 39 seja seguido, fazer as divulgações das Seções 11/12 (não as divulgações do IFRS 7)



- **O alcance da Seção 11 inclui:**
  - Caixa
  - Depósitos à vista e a prazo fixo
  - Títulos e letras negociáveis
  - Contas, títulos e empréstimos a receber e a pagar
  - Títulos de dívida e instrumentos semelhantes (retornos são fixos ou referidos a uma taxa observável)
  - Investimentos em preferenciais não conversíveis e em ações ordinárias e ações preferenciais não-resgatáveis
  - Compromissos para receber empréstimo

# Seção 11 Instrumentos financeiros básicos

- Custo amortizado – método de juros efetivos
- Deve-se testar todos os instrumentos de custo amortizado para irrecuperabilidade
- Reversão da perda por irrecuperabilidade
- Orientação sobre o valor justo e o método de juros efetivos
- Baixa

**Critério para instrumentos básicos similar ao IFRS 9. Não “Mantido até Vencimento” ou “Disponível para Venda” – o mesmo que IFRS 9.**

- **Instrumentos financeiros não cobertos pela Seção 11 são a valor justo mediante resultado do período.** Isto inclui:
  - Investimentos em ações ordinárias e preferenciais conversíveis e resgatáveis
  - Opções, adiantamentos, *swaps* e outros derivativos
  - Ativos financeiros que de outra forma estariam na Seção 11, porém que possuem provisões “exóticas” que podem causar ganhos/perdas ao portador ou emissor
- Contabilidade de *hedged*

- A preço de custo, que pode ser
  - identificação específica para itens especializados
  - PEPS ou média ponderada para outros
- Irrecuperabilidade (redução do valor contábil ao preço de venda estimado menos custos para completar e vender)

- Opção de utilizar:
  - Modelo de custo (exceto se cotação pública, então usar valor justo mediante resultado)
  - Método de equivalência patrimonial
  - Valor justo mediante resultado (se impraticável, então usar custo)

**Modelos de Custo e VJ não são permitidos pelo IAS 28.**

## Seção 15 Empreendimentos controlados em conjunto

46

- Opção de utilizar:
  - Modelo de custo (exceto se cotação pública, então usar valor justo mediante resultado)
  - Método de equivalência patrimonial
  - Valor justo mediante resultado (se impraticável, então usar custo)
- Consolidação proporcional é proibida

**Modelos de Custo e VJ não são permitidos pelo IAS 31.  
A consolidação proporcional é permitida pelo IAS 31.**

# Seção 16 Propriedade para investimento

- Se valor justo puder ser medido confiavelmente sem custo ou esforço indevido, usar valor justo mediante resultado
- Se não, deve-se tratar propriedade para investimento como ativo imobilizado utilizando a Seção 17

**IAS 40 é pura escolha de política contábil – tanto modelo de depreciação quanto valor justo mediante resultado.**

# Seção 17 Ativo Imobilizado

- Modelo de custo histórico – depreciação – irrecuperabilidade. Sem modelo de reavaliação.

**IAS 16 permite reavaliação do Imob mediante PL.**

- A Seção 17 se aplica à prop. para investimento se valor justo não puder ser medido confiavelmente
- A Seção 17 se aplica a prop. mantida para venda
  - Manter propriedade para venda é um indicador de irrecuperabilidade

**IFRS 5 requer tratamento separado para ativos não circulantes mantidos para venda**



## Seção 17 Ativo Imobilizado

- Depreciação de componente apenas se porções principais de um item do Imob tiverem “padrões significativamente diferentes de consumo de benefícios econômicos”
- Revisar vida útil, valor residual, taxa de depreciação apenas se houver uma alteração significativa no ativo ou em como ele é utilizado

### **IAS 16 requer revisão anual**

- Teste de irrecuperabilidade e reversão – seguir Seção 27

# Ágio por Expect. Rentab. Futura (*goodwill*)

50

- Sem reconhecimento de ativos intangíveis gerados internamente

**IAS 38 requer capitalização de custos de desenvolvimento incorridos depois a determinação de viabilidade comercial**

# Ágio por Expect. Rentab. Futura (*goodwill*)

51

- Amortização de intangíveis que são adquiridos separadamente, adquiridos em uma combinação de negócios, adquiridos por concessão e adquiridos por troca de outros ativos
- Amortização ao longo da vida útil. Se não for possível estimar a vida útil, então usar 10 anos
- Teste de irrecuperabilidade – seguir Seç. 27

# Seção 19 Combinação de Negócios e Ágio por Expect. Rentab. Futura (*goodwill*)

52

- **Método de aquisição**
- **Amortização ágio por expect. rentabilidade futura (*goodwill*).** Se não for possível estimar a vida útil, então usar 10 anos.
- Teste de irrecuperabilidade e reversão – seguir Seção 27
- *Goodwill* negativo – primeiro re-avaliar contabilidade original. Se estiver ok, então creditar imediatamente o resultado do período

**A amortização do *goodwill* é proibida pelo IAS 38.**

## Seção 20 Operações de Arrendamento Mercantil

- Classificação de arrendamento financeiro e operacional similar ao IAS 17
- Mensurar arrend. financeiros pelo menor valor entre VJ dos interesses na propriedade arrendada e VP de pagamentos mínimos do arrendamento
- Para arrend. operacional, não forçar reconhecimento de despesa em linha reta se os pagamentos do arrend. forem estruturados para compensar o arrendante pela inflação geral

**IAS 17 requer reconhecimento em linha reta.**

# Seção 21 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

- Reconhecer se uma obrigação surgindo de um evento passado e o montante pode ser estimado confiavelmente
- Divulgar (não reconhecer) passivo contingente
- Mensurar sob melhor estimativa
  - População grande – cálculo de média ponderada
  - Obrigação individual – resultado mais provável ajustado
- Inclui um apêndice com exemplos

- Orientação para classificar um instrumento como passivo ou patrimônio líquido:
  - Instrumento é um passivo se puder exigir que o emissor realize o pagamento
  - Contudo, se resgatável apenas na liquidação ou no falecimento ou aposentadoria do proprietário, então é patrimônio líquido

- A Seção 22 também cobre:
  - emissão original de ações e outros instrumentos patrimoniais
  - venda de opções, direitos e garantias
  - dividendos em ações e divisões de ações

**Estes tópicos não são tratados nos *IFRSs* completos.**



- Os mesmos princípios do IAS 18 e IAS 11
  - Bens: Receita reconhecida quando riscos e benefícios são transferidos, o vendedor não tem mais envolvimento continuado, mensurável
  - Serviços e contratos de construção: Reconhecidos por percentual de trabalho realizado
- O princípio para mensuração é o valor justo da remuneração recebida ou recebível

## Seção 24 Subvenção Governamental

58

- Todas mensuradas a valor justo do ativo recebido ou recebível
- Reconhecimento como renda:
  - Imediatamente se nenhuma condição de desempenho for imposta
  - Se houver condições, reconhecimento quando condições forem satisfeitas

**IAS 20 permite uma ampla gama de métodos de contabilidade para subvenções governamentais.**

## Seção 25 Custos de Empréstimos

59

- Todos debitados como despesa quando incorridos
- Sem capitalização

**IAS 23 requer capitalização de custos de empréstimos em relação a um ativo durante construção.**

# Seção 26 Pagamento Baseado em Ações

- Deve reconhecer
- Mensaruaado a valor justo se factível
- Se for impraticável determinar o valor justo da opção ou outro instrumento concedido, os diretores da entidade devem usar o bom senso para aplicar o método de avaliação mais apropriado

**IFRS 2 possui “simplificação” de valor intrínseco.**

- **Estoque** – reduzir ao preço de venda menos custos para completar e vender, se abaixo do valor contábil
- **Outros ativos** - redução ao valor recuperável, se estiver abaixo do valor contábil
- **Montante recuperável** é o maior entre valor justo menos custos para vender e valor em uso

- Para planos de benefício definido, utilizar cálculo de crédito unitário projetado apenas se a entidade for apta a fazê-lo sem custo ou esforço indevido. Se não, pode simplificar:
  - Ignorar aumentos de salários futuros estimados
  - Ignorar serviço futuro de funcionários atuais (assumir fechamento de plano)
  - Ignorar possível mortalidade futura em serviço

**Estas simplificações não estão no IAS 19.**

- Ganhos ou perdas atuariais podem ser reconhecidos no resultado do período ou como um item de outro resultado abrangente
  - Sem diferimento, inclusive sem a abordagem de corredor

**IAS 19 permite diversas opções para deferir e amortizar ganhos ou perdas atuariais – embora o IASB tenha proposto eliminar estas opções**

## Seção 29 Tributos sobre o Lucro

- Reconhecer impostos diferidos se a base fiscal de um ativo ou passivo for diferente de seu valor contábil
- Base fiscal assume recuperação por venda. (Se zero imposto sobre ganhos de capital, sem imposto diferido)
- Sem imposto diferido sob um ativo ou passivo se não se espera que a recuperação ou liquidação do valor contábil afete o rendimento tributável



## Seção 29 Tributos sobre o Lucro

65

- Exceção: Sem imposto diferido sobre rendimentos não remetidos de contraladas e ECC estrangeiros
- Reconhecimento de imposto diferido ativo em totalidade, com provisão para valorização
  - O critério é que realização é provável (possibilidade de ocorrência é maior que a de não ocorrer)
- Impostos diferidos são todos não-circulantes

**O modelo da Seção 29 é o mesmo da minuta (ED) elaborada por IASB/FASB em março 2009.**

## Seção 30 Efeitos da Mudança nas taxas de Câmbio e Conversão de DCs

- Abordagem da moeda funcional similar àquela do IAS 21
- Sem reciclagem de ganhos ou perdas sobre investimento líquido em uma entidade estrangeira que são inicialmente reconhecidos em outro resultado abrangente

- Uma entidade deve preparar demonstrações contábeis ajustadas ao nível geral de preços quando sua moeda funcional for hiperinflacionária
  - Aproximadamente maior do que 100% acumulada em três anos

## Seção 32 Evento Subsequente

- Ajuste de demonstrações contábeis para eventos posteriores à data do balanço que fornecem evidência de condições que existiam na data de encerramento do período contábil
- Sem ajuste para eventos ou condições que surjam após o encerramento do período contábil
- Dividendos declarados o encerramento do período não são passivo

# Seção 33 Divulgação sobre Partes Relacionadas

- Departamentos e agências governamentais não são partes relacionadas simplesmente em virtude de seus relacionamento normais com a entidade
- Divulgação de compensação de pessoal-chave da administração apenas como um número no total
- Poucas divulgações sobre transações

## Seção 34 Atividades Especializadas

70

- Agricultura – uso de modelo de custo histórico a menos que valor justo seja facilmente determinável sem custo ou esforço indevido

**IAS 41 requer VJ mediante resultado para todos os ativos biológicos e produto agrícola.**

- Petróleo e gás e mineração – não há exigência para lançar custos de exploração em despesa
- Acordos de concessão de serviços – ativos financeiros = VJ & Custo Amort.; ativos intangíveis = VJ & C-A-I

- Preparar demonstrações contábeis do ano atual e de 1 ano anterior utilizando o *IFRS para PMEs*
- Porém, existem diversas exceções para reapresentar itens específicos
- E uma exceção geral para impraticabilidade

# Não há seções cobrindo estes tópicos

---

72

- Demonstração por segmento
- Lucros por ação
- Demonstrações intermediárias
- Ativos mantidos para venda



# Dúvidas ou comentários?

73

Expressões dos pontos de vista individuais dos membros da IASB e sua equipe são encorajadas.

Os pontos de vista expressados nesta apresentação são aqueles do apresentador.

As posições oficiais da IASB sobre assuntos contábeis são determinadas apenas após extensivo devido processo de deliberação.



Esta apresentação pode ser modificada de tempos em tempos. A versão mais atual pode ser baixada de:

<http://www.ifrs.org/Conferences+and+Workshops/IFRS+for+SMEs+Train+the+trainer+workshops.htm>

Os requerimentos contábeis aplicáveis a empresas pequenas e de médio porte (PMEs) são fixados no *International Financial Reporting Standard (IFRS) for SMEs*, que foram emitidos pelo IASB em julho de 2009.

A IFRS Foundation, os autores, os apresentadores e os editores não aceitam responsabilidade por perdas causadas a qualquer pessoa que atue ou evite em atuar em conformidade com os materiais nesta apresentação de PowerPoint, independente de tais perdas serem causadas por negligência ou afins.